

A abordagem ESG. Uma novidade ou uma nova oportunidade?

Nos últimos tempos, a abordagem ESG ganhou um novo fôlego, passando a estar cada vez mais no léxico das empresas e instituições. Mas a verdade é que esta abordagem não é assim tão recente, tendo raízes na teoria do Triple Bottom Line de John Elkington (década de 90) e na iniciativa de Kofi Annan (então secretário-geral da ONU), quando, em 2004, desafiou os CEOs das principais empresas financeiras mundiais a pensar na integração das questões Ambientais (E), Sociais (S) e de Governança (G) no mercado de capitais.

POR ● SUSANA CASTELO
CEO da TIS

A partir de 2014, as empresas e sociedades financeiras europeias cotadas em bolsa ou com mais de 500 trabalhadores ficaram obrigadas a elaborar o reporte anual de informação não financeira. Posteriormente, em 2022, a Diretiva 2022/2464 (EU) de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD), alargou o leque de empresas abrangidas direta ou indiretamente (por aplicação dos princípios ESG a toda a cadeia de valor) e redefiniu a abordagem adotada.

Na União Europeia, os transportes são responsáveis por cerca de 25% das emissões de CO₂, sendo um dos setores em que não se está a assistir a reduções significativas. Na taxonomia europeia (2020), os transportes terrestres e fluviais de passageiros e de mercadorias são classificados como sustentáveis, o que facilita o acesso aos mecanismos de financiamento.

A necessidade de transformação do setor dos transportes e mobilidade tem sido imputada à indústria (“incentivada” a investir em tecnologias mais limpas) e às cidades (desafiadas a introduzir políticas que promovam a redução da dependência do automóvel), tendo-se excluído desta reflexão, as empresas e os grandes geradores que justificam a realização das viagens.

Todavia, as viagens por trabalho representam ainda hoje uma fatia substancial da mobilidade (cerca de 30% nos IMOB da AML e AMP, 2017), e por isso, é incompreensível que as empresas (nomeadamente as de maior dimensão) não sejam envolvidas no processo de promoção da sustenta-



bilidade, nomeadamente no quadro dos princípios ESG.

Existem oportunidades objetivas para que as empresas se envolvam de modo significativo com a abordagem ESG relativamente ao tema mobilidade e transportes, importando diferenciar neste contexto, as empresas que “consomem” mobilidade, daquelas cujo modelo de negócio assenta no transporte de mercadorias e bens.

Para as primeiras, “consumidoras” de mobilidade, recomenda-se o desenvolvimento de um Plano de Mobilidade Empresarial (PME) no quadro da promoção da Política de Sustentabilidade da empresa. Em Portugal, este instrumento é referido no Plano Nacional de Eficiência Energética para as empresas com mais de 500 trabalhadores, mas em diversos países europeus (nomeadamente em Espanha) é obrigatório para limiares bastante inferiores.

Este é um instrumento fundamental para compreender como é que os trabalhadores realizam as suas deslocações pendulares, cálculo da pegada carbônica da mobilidade e avaliação do nível de adequação da oferta de transportes às suas necessidades. Conhecida a situação de partida é possível identificar ações que podem ser incluídas na estratégia da empresa e

assim, influenciar a sua mobilidade.

A implementação do PME pode contribuir de modo significativo para aumentar a qualidade de vida dos trabalhadores, para a promoção de uma maior inclusividade e resiliência na retenção e captação de pessoas (dimensão social), mas também para a promoção de padrões de mobilidade mais sustentáveis.

No caso do segundo tipo de empresas, aquelas cujo modelo de negócio assenta na produção de transportes (passageiros ou mercadorias), assiste-se a uma descarbonização das frotas, mas existe ainda muito trabalho a desenvolver para promover uma maior eficiência na utilização dos recursos e na resposta às necessidades dos clientes. Sendo óbvio que não é no contexto do Relatório de Sustentabilidade que estas questões são resolvidas, é, porém, essencial aqui acomodar os indicadores de avaliação que permitam aferir se estão, ou não, a ser introduzidas melhorias no sistema e, em que medida, estas são transpostas para clientes e sociedade em geral.

A necessidade de pensar os novos Relatórios de Sustentabilidade é uma oportunidade extraordinária para envolver as empresas na resposta aos desafios que enfrentamos. Tentemos não a desperdiçar! ■